

O CONSUMO DE PRODUTOS IMPORTADOS NA ILHA DO FAIAL NO SÉCULO XVIII

Fontes e hipóteses de trabalho

TIAGO SIMÕES DA SILVA

CHAM-FCSH – Universidade NOVA de Lisboa/Universidade dos Açores

cham.tss@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este texto insere-se num estudo em curso sobre a sociedade faialense setecentista, no qual se pretende reconstituir o possível da sua cultura material e da sua vivência quotidiana. A escassez de fontes e as limitações das existentes impedem um estudo aprofundado e sistemático, mas cremos ser exequível uma aproximação qualitativa, pelo que faremos aqui um exercício de exploração de conteúdos e eventuais metodologias.

Após um contexto sobre a cultura material moderna e o local e cronologia, reflectiremos sobre fontes e métodos possíveis, explorando depois dois documentos, ensaiando uma aproximação ao consumo quotidiano e terminando com um ponto sobre produtos excepcionais.

QUOTIDIANOS E CULTURA MATERIAL NA ÉPOCA MODERNA

O estudo da cultura material e do quotidiano no período moderno tem-se desenvolvido nas últimas décadas, procurando novas fontes e abordagens para a compreensão da sociedade passada. Uma das áreas que se tem desenvolvido é a história do consumo, abordando os produtos e serviços utilizados por determinada comunidade, com relação ao desenvolvimento económico, às materialidades e

aos usos e costumes.¹ A abordagem a este tema pode dividir-se em duas áreas: o consumo de produtos mais comuns, focado na reconstituição do quotidiano e da cultura material,² e o consumo de bens de luxo, restrito a uma elite com posses económicas, geralmente analisado no seu contexto económico, estético ou artístico.

A ILHA DO FAIAL

Desde os meados do século XVII o porto da Horta assumiu uma posição cimeira no contexto das ilhas açorianas, alavancada pela exportação do *Fayal wine* e da aguardente e coincidindo com a decadência do porto de Angra e a alteração das rotas comerciais atlânticas (DUNCAN, 1972; MENESES, 1993; MACHADO & COSTA, 2018). Esta realidade representou uma “internacionalização” da vila, que começou a ser frequentada por várias nacionalidades e levou à consequente frequência de estrangeiros, sobretudo ingleses e franceses, alguns dos quais se fixaram, surgindo representações consulares logo em meados de Seiscentos (SILVA, 2020).

Sabemos pouco sobre o que terá sido a vivência da Horta desta época, por se terem perdido a maioria dos seus vestígios. A análise possível do que ficou, nos documentos, nos testemunhos materiais e na cultura imaterial, dá-nos à partida pouca informação, mas o seu cruzamento e sistematização permite algumas conclusões, sendo o estudo dos consumos uma das vias possíveis para os atingir.

FONTES E MÉTODOS POSSÍVEIS

Como começámos por referir, escasseiam as fontes documentais, sobretudo regulares ou ligadas especificamente a temas de comércio, consumos ou testemunhos do quotidiano, o mesmo para os artefactos que possamos rastrear até este período e que permitam uma narrativa sólida sobre o meio que os criou ou que primeiro os usou.

Entre a documentação existente destacam-se os registos alfandegários e os livros de receitas e despesas do convento de São Francisco.

¹ Sobre o tema veja-se o trabalho pioneiro de WEATHERILL, 1988, e, entre outros, BREWER & PORTER, 1993; OVERTON, 2004; e EIBACH & LANZINGER, 2020.

² Vejam-se, como referência: BRAUDEL, 1992, e SARTI, 2011; para Portugal: OLIVAL, 2011.

Os livros de *Direitos* da Alfândega registam os despachos de produtos, divididos entre “entradas” e “saídas”, *i. e.*, importações e exportações.³ Esta documentação permite-nos compreender tipologias de consumo, não registando, no entanto, todos os produtos entrados na ilha, nem garantindo que os ali arrolados fossem todos consumidos localmente.⁴ Apesar das suas limitações, são os mais abrangentes e permitem-nos um vislumbre importante sobre o tema.

Por outro lado, os livros de contas conventuais fornecem-nos uma perspectiva concreta sobre o consumo quotidiano. Encontramos nas despesas franciscanos um retrato da vivência conventual, onde são quantificados mensalmente os gastos de pão e de vinho, de bens alimentares adquiridos numa base quase diária e ainda despesas com a aquisição de materiais e obras de manutenção, objectos de uso doméstico e, pontualmente, viagens ou transporte de mercadorias. Mesmo assim não apresentam o retrato completo dos consumos, faltando o que viesse à comunidade sem implicar um pagamento, como sejam doações, rendas ou produções próprias. Saltam à vista a falta de referências a objectos artísticos e alfaias, assim como da maioria dos bens alimentares, ficando por isso a dúvida que outros bens entrariam no convento sem terem deixado registo escrito.

Para cada um destes tipos de documentos consultámos registos para vários anos das décadas de 1740 a 1770, observando que os seus conteúdos variaram pouco dentro desta cronologia. Limitados pelas condições dos documentos e pela sua acessibilidade, procedemos a uma análise detalhada de um ano em cada um. Deixando a ressalva de que são de anos diferentes, a pouca variação nos conteúdos ao longo destas décadas permite uma análise qualitativa aceitável para este exercício.

IMPORTAÇÕES E CONSUMOS NA DOCUMENTAÇÃO

Um documento elucidativo para esta questão é um acórdão da Câmara da Horta datado de 12/11/1768, que define os produtos “apropriados” para venda em lojas de retalho e lojas de mercearia, apresentando uma estrutura panorâmica dos produtos disponíveis no mercado local e dividindo-a em duas tipologias distintas

³ Além destes, registam-se também as arrematações dos dízimos e referências pontuais a produtos baldeados no porto.

⁴ Tenham-se em conta as entradas e saídas de produtos dentro do circuito regional açoriano, assim como o abastecimento de navios e a venda de produtos a visitantes, como veremos.

(VIANA & COSTA, 2013: 2792-3). Nas lojas de retalho vendiam-se sobretudo materiais e objectos, como papel, metais, vidros, breu, alcatrão, sola, barbante, livros, munições, cera, loiça, garrafas ou candeeiros, mas também açúcar, chá, café e chocolate. Já as lojas de mercearia destinavam-se a produtos do quotidiano, sobretudo alimentares (azeite, bacalhau, arroz, manteiga e queijo – de fora do Reino e da terra –, especiarias e legumes), e consumíveis (linho, sabão, tinta de escrever, velas ou químicos). Esta distinção pode indicar-nos os produtos que seriam de consumo mais corrente, como legumes ou especiarias, e outros mais exclusivos, como chá, café e chocolate (sobre os quais encontramos raras referências).

Pensando apenas nos bens alimentares, saltam à vista as ausências, que são a maioria: cereais, vinho, carne, peixe, frutas e legumes... Estes produtos eram vendidos em locais próprios (o mercado, a praça e o açougue), além das vendas ambulantes. Acresce que estes são produtos de origem local, enquanto os anteriores são oriundos maioritariamente do exterior, por isso vendidos por mercadores, ligados à rede comercial externa.

Para o ano de 1762 existem dois livros de registo alfandegário, nos quais se descrevem em detalhe os produtos que pagaram direitos no seu desembarque na ilha, informando também sobre a proveniência, navio e despachante.⁵ Num deles faz-se a descrição completa dos produtos, já no outro essa informação nem sempre é registada, o que impede uma análise completa. Não obstante, permite-nos compilar o tipo de produtos e ter uma noção de escala entre diferentes tipologias.

Os bens alimentares ocupam uma grande percentagem das entradas e podem, como veremos, ajudar-nos a perceber o destino de muitos destes produtos.

Nesta categoria encontramos, em quantidades consideráveis, arenques e bacalhau (a lastro, em quartos ou de refugo), nalguns casos entrando centenas de quilos de uma vez. De forma residual surgem juliana e “peixe de moura” [salmoura]. Também o arroz é importado em quantidades significativas.

Em menor escala queijos (flamengos e ingleses), açúcar (branco e mascavado) e mel. Em variedade surgem as especiarias: canela, noz “noscada”, cravo fino, “gemaica” [pimenta da Jamaica] e gergelim. De forma residual farinha (portuguesa

⁵ BPARLSR, Capitania-Geral dos Açores, Alfândega do Faial, mc. 1 (Direitos, 1762), lvs. s/ n.º (1 e 2).

e inglesa), aguardente de cana (do Brasil), carne e manteiga. De uma nau da Índia foram apreendidos diversos produtos, entre eles chá.

Saindo dos víveres, uma grande fatia das importações dizia respeito a aduelas (de pipa, de barril e de quarto) e arcos de ferro, cujas entradas ascendiam às dezenas de milhares. Para fim próximo chegaram dois alambiques, um vindo de Londres e descrito como “hu Lambique Com Seu CapaCete de Cobre (...) e Seus Canos de estanho”.

Também em grandes quantidades surge o azeite de peixe.

Os tecidos são adquiridos em variadas qualidades e feitios, geralmente em peças brutas, por vezes já como vestuário acabado. Em peças encontramos seda, linho (normal e assedado), chita, pano entrefino, canhamação, estopa, camelão, baeta (preta, parda e de cores), sempredura, riscado, primavera de lã, lemiste, cambraia, durante, tafeté e cavalim de Hamburgo. Já o algodão vinha em caroço. De pronto-a-vestir neste ano entraram calções, camisas, barretas, chapéus, chapéus entrefinos (de homem e de menino), lenços de algodão e pares de meias de várias qualidades (de linha ordinária ou grossa; de saial; e de algodão, pintadas, brancas ou grossas). Para vestuários a fazer vieram fivelas e botões (de camisa, de casaca ou de pulso; em madreperla, em cristal). Ainda nos tecidos, 20 serviços de toalhas e guardanapos de Hamburgo ordinários, 12 peças de guardanapos de Flandres e várias levas de panos ordinários não especificados.

Para calçado e outros fins foram descarregados meios de sola.

Para a construção chegaram tábuas, tabuões, tirantes e vergõteas de pinho; tábuas de canela; paus de armação, bandas e vergalhões de forro, barrotes, frechais, traves e varas, muitos em madeira do Brasil, assim como vidros para vidraças.⁶ Para fins diversos registam-se as seguintes matérias-primas: ferro, aço, latão, arame, cal, salitre, verdete, alvaiade e caparrosa. Já feitos chegaram, em menor quantidade: pregos, dobradiças, fechaduras de gabinetes sem cravadores, um eixo de carro e um pau de meãos, 12 pares de cardas e munição [chumbo miúdo]. Ainda nesta categoria, destinados certamente à actividade naval, alcatrão, breu e cabos.

Para o uso corrente vieram velas e cera, esta última frequente e tomando várias qualidades (bruta, preta ou verde). Há também um registo de incenso. De

⁶ Noutro ano encontraremos chumbo para vidraças – BPARLSR, Capitania-Geral dos Açores, Alfândega do Faial, mc. 3, lv. s/ nº (1775), fl. 8.

vidro garrafas grandes e pequenas, copos surtidos, três pias de água benta e umas galhetas. De loiça da Holanda 80 bispotes [penicos]. Da nau onde se apreendeu chá saiu alguma loiça da Índia [porcelana chinesa], não discriminada. Já de metal contamos pratos de estanho, castiçais de ferro e latão, navalhas e talheres (conjuntos de garfo e faca).

Pontualmente encontramos resmas de papel da Holanda, livros pequenos encadernados em papel branco, um óculo e 6 dúzias de “oColos do naris”.

Por fim, quatro escravos: “um preto enfermo”, dois moleques e uma moleca.

Já as exportações resumem-se a um número reduzido de produtos: vinho (a maioria comum e/em limpo, algum passado, novo ou velho), limões, alguma aguardente e, de forma residual, paus de cedro e carne.

Vejamos agora os consumos no convento de S. Francisco.⁷ Ao longo do ano de 1745, a generalidade das despesas com compras dizem respeito a consumíveis, sobretudo alimentares. A maioria refere-se a peixe (regra geral “pescado”, em poucos casos chicharros e cavalas escaladas) e a carne (de todos os tipos: galinhas e frangos, vaca, bois, carneiros, porcos, leitões, cabras, rezes, coelhos e um novilho). Registam-se ovos, queijos, arroz, açúcar, azeite de oliva, vinagre, graxa e sal. Com pouca expressão encontramos trigo, vinho, hortaliça, favas e junça. Isto explica-se com o facto de que o “pão” lhes advinha das rendas, legados, doações e peditórios, recebendo vinho dos peditórios no Pico e é provável que o obtivessem das suas próprias propriedades. Já frutas e produtos hortícolas, raramente referidos, teriam a mesma proveniência, além de produção no próprio convento, cuja cerca exacta desconhecemos, mas deveria ser extensa. É provável que tivessem também galinhas, como as tinham as freiras do Convento da Glória, mas não dariam vazão para o uso da carne e dos ovos para o quotidiano, alimentação dos doentes e momentos festivos. Para estes últimos temos referência de compras especiais de leitões e galinhas, açúcar para confeitos, ovos e leite para arroz doce. Estes momentos são assinalados nos registos, em particular a festa de São Francisco, a 4 de Outubro, onde o reforço das compras e a maior variedade de produtos, alguns pouco comuns, denuncia a festa.

⁷ BPARJJG, Convento de São Francisco da Horta, lv. 12.

De produtos não alimentares encontramos cera (preta e branca), azeite de peixe, alguma lenha e louça de fogo. Para vestuário compraram linho para feitiço de bragas, sola para calçaria e rendas para uma alva, lenços que se ofereceram aos frades na Consoada do Natal e tecido para hábitos. Várias obras de manutenção ou alteração implicaram a compra de telha da Graciosa, dobradiças e uma fechadura. Para os granéis e horta vieram um sacho, barbante para coser a sacadura e aduelas para as pipas que se levaram aos peditórios.

Num inventário dos consumíveis, realizado aquando da vinda de um novo padre guardião para o convento, encontramos mais alguns produtos, não mencionados nas despesas: peles de carneira para curtir, louça branca, resmas de papel, velas de cebo, incenso, rodas de arcos, liaça, linho, milho, bacalhau, pimenta, pau de cravo, cominhos, açafroa, favas, feijão e toucinho.

TESTEMUNHOS DA CULTURA MATERIAL

Em 1994 Agustina Bessa-Luís descrevia o panorama do património faialense:

“Tudo o que havia ainda de precioso no Faial, porcelanas e móveis, retratos, além de pequenos objectos marchetados, de diversas origens, chinesa e indiana sobretudo, tudo o que se pudera salvar de terremotos e períodos bélicos, estava a recato nas vitrinas dos museus ou nas casas particulares de maior tradição” (2002: 30).

Este relato, cingido a uma universo de objectos de excepção e pouco fiável por literário, não deixa de resumir de algum modo as vicissitudes do património local, vítima sobretudo de catástrofes naturais e da incúria humana. No entanto, existe ainda material que nos permite obter novos conhecimentos. Não sendo possível neste espaço traçar qualquer quadro abrangente, deixamos algumas notas breves sobre hipóteses e potencialidades.

Parte significativa do património imóvel desapareceu nas crises sísmicas do século passado, em particular no espaço rural, mas o sobrevivente e os inventários já realizados permitem-nos identificar, por exemplo, os usos de alguns dos materiais que vimos nos registos alfandegários (AAVV, 2003). Os acervos de património móvel, em particular do Museu da Horta⁸ e de colecções religiosas e etnográficas,

⁸ Parte do acervo do Museu pode ser visto em MENEZES, 1995, e em <https://ccmuseus.azores.gov.pt/>.

não obstante lacunas importantes, abrangem muitas áreas temáticas e apresentam um potencial significativo, a trabalhar em conjunto com as fontes primárias e as publicações já existentes.⁹ Nestes e nas colecções privadas escasseiam os artefactos anteriores ao século XIX, mas o seu inventário sistemático poderá obter resultados interessantes.

Tomemos como exemplo o mobiliário. Um levantamento da década de 1980 identificou na ilha 58 móveis em madeira do Brasil dos séculos XVII-XVIII e 15 indo-portugueses (MARTINS, 1981: 195-8). Dos últimos não conhecemos nenhum, mas dos primeiros ainda se encontram alguns exemplares, assim como dois facistóis e várias estantes de missal em madeira brasileira com embutidos em marfim. Também sobreviveram algumas peças em cedro datáveis dos séculos XVI-XVII (caixas, tamboretas e armários). Em diversas madeiras e datáveis dos séculos XVII-XVIII encontramos caixas, arquibancos, mesas de abas e cadeiras, para o século XVIII existem mesas de vários tipos, oratórios, cómodas, papelerias e camas. Sendo necessário inventariar e estudar estas peças, e mesmo admitindo que algumas datações possam estar erradas, no caso de tipologias mais comuns e fabricadas num grande arco temporal, os exemplares conhecidos permitem uma abordagem à cultura material pretérita, ilustrando fisicamente descrições como as que encontramos nos registos de contas ou de inventários da época.

Na construção, além de vestígios de madeiras aproveitadas de navios, que pontualmente se encontram em edifícios da cidade, encontramos um caso de uso de canela numa estrutura e um soalho em madeira de sicupira ou similar, mas ambos já do século XIX. Do anterior será a guarda de uma varanda, em madeira também importada.

Na cultura imaterial é difícil avaliar vestígios, mas podemos tomar como exemplo a alimentação, ainda muito por estudar, mas onde é ainda hoje patente o uso abundante de especiarias e os produtos como a mandioca ou o coco. Sendo difícil, mesmo para os produtos mencionados, avaliar o uso e a profundidade cronológica de cada um, parece, ao menos para alguns, existir uma prática já arcaica. É o caso das especiarias, que vimos nos registos franciscanos ainda no século XVII, ou do coco, que surge num receituário angrense do final do século seguinte (MARTINS, 1980: 216).

⁹ A título de exemplo, para áreas distintas: ATAÍDE, 2011, e MARTINS, 1980.

PRODUÇÕES, IMPORTAÇÕES E CONSUMOS: UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL

A primeira coisa que salta à vista, cruzando ambas as fontes, é a disparidade de conteúdos, não só pelas suas diferenças tipológicas, mas também pela ausência de muitos dos produtos, sobretudo nas fontes alfandegárias. Neste caso, apesar de se ter explorado uma amostra pequena, as sondagens mais abrangentes que se fizeram, numa análise superficial, não revelaram grandes diferenças. Mesmo assim requerem um estudo mais profundo, assim como a análise cuidada do seu enquadramento legal, porquanto as regras alfandegárias possam explicar a ausência de certos materiais e produtos que, sabemos, chegavam às ilhas. No entanto, o que analisámos permite-nos já descortinar alguns padrões.

Entre os produtos alimentares importados destaca-se, pelas suas quantidades, o peixe, nomeadamente arenque e bacalhau. Sobre os primeiros não temos qualquer notícia do seu consumo local, mas é conhecido o seu apreço secular pelos povos do norte da Europa. Já os segundos vimo-los na despensa franciscana e à venda nas lojas de mercearia. Em qualquer dos casos, o consumo local está longe de justificar as quantidades que ali eram recebidas pelos mercadores da ilha. A explicação para estes produtos residirá nos navios que passavam no porto, os quais necessitavam de grandes quantidades de alimentos para o seu abastecimento, como veremos adiante. O mesmo para o arroz, também importado em quantidades significativas. Já as especiarias parecem ser comuns neste período. Os franciscanos têm-nas em casa, e num dos seus primeiros registos, da década de 1660, encontramos o percurso da compra directa a um navio ancorado no porto.¹⁰ Já num inventário de transporte do desembargador José de Arriaga, de 1767, regista-se “1 cayxão em *que* veyo o cravo”.¹¹

O azeite de peixe, que vemos em ambas as fontes escritas, era utilizado na iluminação (MARTINS, 1984: 263-4). Para o mesmo fim as velas e a cera, que encontramos nos registos dos religiosos e do desembargador Arriaga.

As aduelas e arcos de ferro dão-nos um contributo importante para perceber os processos de produção e transporte do vinho e da aguardente, principais exportações locais, e ainda da intensa actividade de tanoaria. Outro ofício importante eram

¹⁰ BPARJJG, Convento de São Francisco da Horta, lv. 2.

¹¹ BPARLSR, Capitania-Geral dos Açores, Almoxarifado do Faial, mc. 12, doc. s.n. (“N78”).

os calafates, ligados aos anteriores e à manutenção naval, que explica em grande medida as necessidades de breu, alcatrão e cabos.

No campo dos tecidos, o vestuário generalizado era de materiais e produção locais, como atestam os 824 “teares de pano de lã e linho” existentes na ilha do início de Oitocentos (ARRIAGA, 1821: nº 3). Os tecidos importados eram a exceção, mas, pela documentação, abundavam em variedade. Tal como nos bens alimentares, temos de assumir que ao menos uma parte seria vendida a visitantes, como no caso que veremos adiante. Anotamos aqui a entrada, noutra ano, de 12 peças de pano riscado “para camisas de marinheiros”.¹² As camisas de padrão listado, por regra azul e branco, hoje conhecidas como *marinières*, já eram usadas no século XVIII, como atesta a iconografia coeva.¹³ Mesmo sem mais dados disponíveis, podemos afigurar tratar-se de um material cujo destino final seria a saída para o exterior, provavelmente já em peça de vestuário.

Nos materiais de construção importados encontramos o pinho, oriundo do norte da Europa e que viria nos navios que exportavam depois o vinho local, que foi usado amplamente. Também as madeiras brasileiras entraram em quantidades assinaláveis, utilizando-se no mobiliário, em objectos quotidianos e elementos decorativos, como comprovam os vestígios materiais, mas também em elementos estruturais de edifícios, como vimos pelas fontes alfandegárias. No citado rol de José de Arriaga encontramos móveis em “pao preto”, “do brazil” e de “jacaranda”. Além destes e de muitos indiferenciados, existem alguns ditos “de Coimbra”, três pintados e quatro cadeiras de “Nogueyra”, numa convivência de matérias vindas de um e do outro lado do Atlântico.

Ainda nos materiais registam-se os metais, sobretudo o ferro, essencial para ferragens e fecharias de portas, janelas e móveis, mas também para grades e outras estruturas. A sua ausência enquanto recurso endémico e a necessidade consequente da sua importação ditariam a escassez e o preço, o que nos explica o uso arcaico de madeira em estruturas como guardas de varandas, grades de janela, taramelas ou mesmo fechaduras. O mesmo se aplicava ao vidro e chumbo para vidraças, ditando janelas fechadas com portadas em madeira, fazendo-se a iluminação e o

¹² BPARLSR, Capitania-Geral dos Açores, Alfândega do Faial, mç. 3, lv. 1775, fl. 7v.

¹³ Por exemplo na pintura *Watson and the Shark*, de John Singleton Copley, de 1778. Washington, National Gallery of Art, inv. 1963.6.1.

arejamento por via de postigos nas portas ou abrindo as portadas das janelas, que eram protegidas do exterior por estruturas de “ralos” traçados em madeira.

Os óxidos e outros químicos tinham uso na criação de pigmentos e compostos vários, com usos domésticos e até curativos, como atestam receituários da época e registos de boticas.¹⁴

Voltando ao inventário do desembargador Arriaga, abundam nele os “vidros” (não especificados), registam-se velas e meios de sola, além de objectos variados, como um relógio, livros, 24 bispotes [penicos], seis bacias de arame e uma panela da Índia.

Nas importações vemos utilitários como pratos, castiçais e loiças diversas, feitos em ferro, latão, estanho e loiça da Holanda [faiança] ou da Índia [porcelana]. Nos registos conventuais encontramos, ao longo dos anos, peças de cerâmica de produção regional e nacional. De todas elas têm-se encontrado vestígios nas escavações arqueológicas que se têm realizado, de resto uma fonte fundamental para este tipo de estudos, mas que, infelizmente, ainda está por ali a dar os primeiros passos.¹⁵

Uma última nota para os livros e resmas de papel. Se é verdade que a actividade administrativa e comercial implicava já elevada burocracia e, portanto, recurso a registos escritos, não é menos verdade que existia um panorama cultural assinalável, mesmo que em pequena escala, que faria também uso destes recursos. Sabemos que franciscanos e carmelitas tinham livrarias, e os jesuítas, entretanto expulsos, certamente a terão tido. Pelas últimas décadas do século, Manuel Inácio de Sousa, um dos principais comerciantes locais, reuniu também uma biblioteca e dedicou-se à escrita e à leitura (ARRUDA, 2008). Os óculos poderiam estar relacionados com estas práticas.

Para se compreenderem os consumos locais, face às importações, é fundamental notar-se o abastecimento dos navios, tanto com víveres para a viagem e materiais usados em eventuais reparações, como com produtos reexportados. Infelizmente há poucas fontes, mas um conjunto de recibos do Almirantado inglês, já de inícios de Oitocentos, dão-nos uma visão sobre esta realidade. Tomamos

¹⁴ Como, por exemplo, a dos franciscanos: BPARJJG, Convento de São Francisco da Horta, lv. 19.

¹⁵ Sobre estes achados veja-se a *Carta Arqueológica dos Açores* (em linha: <https://www.culturacores.azores.gov.pt/paa/ca/Default.aspx>).

como exemplo o *Hauk*, que se abasteceu no Faial em 1811. Além de velas para iluminação e materiais para reparações a bordo, o grosso da despesa foi aplicado em víveres: verduras, feijões, cebolas, arroz, ovos, vários tipos de carne, água, vinho e aguardente.¹⁶

Outros dois raros relatos, um com referência explícita à aquisição de produtos no Faial, dão-nos uma visão de eventuais trocas de produtos de luxo, exportados a partir da ilha, que era frequentada também pelas elites que cruzavam o Atlântico e ali paravam. A referência mais antiga ao “mercado” faialense talvez seja a de John Winthroe, primeiro governador do Massachusetts, que ainda na primeira metade do século XVII afirmava, de forma algo misteriosa, que o Faial era “um mercado extraordinariamente bom” (AFONSO, 1980: 27). A breve referência não nos permite perceber se aludia ao vinho dali exportado, ao que ali entrava, a eventuais produtos de luxo que se pudessem adquirir ou tão-somente às qualidades da ilha como porto de abastecimento e apoio à navegação. Encontramos uma pista isolada no testemunho posterior de Thomas Amory, que em 1711 afirmava: “tomei a liberdade de consignar do Faial um vestido de seda de cerimónia, uma anágua e um colete”, todos pelo seu “afectuoso Amor para Madame Rhett” (AFONSO, 1980: 61). Este testemunho indica-nos que, como seria expectável, pela Horta havia negócios para lá da exportação de vinho e da assistência à navegação, sendo preciso abastecer a ilha dos bens essenciais à sua subsistência, mas também por ali passavam e ficavam bens de luxo, uns para consumo local, outros eventualmente “consumidos” por visitantes.

CONSUMOS DE LUXO

Terminamos com uma nota breve sobre alguns dos produtos de excepção, os quais pouco vimos na documentação, mas de que nos chegaram relatos e exemplares.

O caso mais singular será a Quinta do Pilar, construída no final do século XVIII pelo já mencionado Manuel Inácio de Sousa (ARRUDA, 2008; CALDAS, 2019). A casa e os jardins seguem modelos estéticos e estruturais de fora da região, além dos materiais e objectos utilizados, de que hoje restam pouco mais do que relatos. A decoração do jardim, de que sobrevivem azulejos e embrechados com

¹⁶ National Maritime Museum, HNL/68/8 – Recibos de contas da viagem Londres-Faial, 1811.

conchas e fragmentos de porcelana chinesa, testemunham o gosto da época e a importação de vários tipos de materiais de elevado custo e qualidade.

No Pilar terá sido usada madeira nobre na construção, a qual entrava em abundância e era usada para variados fins. Um material mais raro e de onerosa aquisição e transporte era a pedra. Encontramos, em mármore e brecha, brasões familiares e alguns elementos decorativos na igreja de São Francisco. Nela existe também uma pedra tumular de 1682, cuja inscrição regista que “esta pedra mandou vir à sua custa de Lisboa” o padroeiro da capela.

Provenientes das famílias Brum e Arriaga existem, fora da ilha e dispersos entre descendentes e museus, além de mobiliário, pratas, porcelanas e diversos objectos, um tecto pintado com elementos heráldicos e vários retratos, os únicos que conhecidos para este período.¹⁷

Por último, uma referência ao serviço dos Teles Machado, o único conjunto de porcelana chinesa brasonado identificado de encomenda faialense, cujo paradeiro se desconhece. Francisco Ernesto de Oliveira Martins inventariou duas peças deste conjunto em Angra, e outras duas com brasões açorianos no Faial, mas sem referir se eram deste serviço (MARTINS, 1980: 257). São hoje raros os exemplares de porcelana da “Companhia das Índias” na ilha, mas temos relatos de terem abundado neste período, como sejam os vestígios no Pilar e a sua presença comum no registo arqueológico, assim como o caso, este extraordinário, das mais de 500 peças existentes no inventário do morgado Tomás Francisco de Brum, falecido em 1789 (FORJAZ & MENDES, 2009, 1: 522-4).

CONCLUSÕES

A abordagem aos hábitos de consumo de uma comunidade como esta fica refém de um conjunto restrito de fontes e, mesmo quando elas existem, a sua análise é complexa e em grande medida dúbia. O que aqui tentámos traçar mais não foi que um exercício reflexivo, inserido num estudo ainda em curso, no qual ser

¹⁷ Destaque para o de Catarina Naudin Arriaga com a sua filha, da autoria de Giuseppe Troni, hoje na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, provavelmente o modelo para as duas miniaturas existentes no Museu Nacional de Arte Antiga (inv. 179 min.). Da mesma família, também em miniatura sobre marfim, o retrato de Miguel José de Arriaga Brum da Silveira, hoje no Palácio Nacional de Mafra (PNM 7466).

procura chegar a um quadro consistente, tanto numa sistematização dos produtos identificados, como na sua hierarquização e quantificação possível.

Por ora conseguimos uma visão ainda muito fragmentada, mas na qual é possível já descortinar essa sociedade fortemente “insulada”, onde a distância e o isolamento que lhe ditavam um consumo maioritariamente de subsistência (e sobre o qual, pela sua própria natureza e pela efemeridade ou má qualidade de muitos materiais, temos hoje escassos testemunhos), em simultâneo com um porto internacional onde passavam produtos de todas as paragens, permitindo hábitos de luxo a quem os pudesse pagar, mas também criando práticas mais abrangentes, como o consumo comum de especiarias, que não estariam tão disponíveis noutras geografias. Ou ainda criando produtos que misturavam materiais e estéticas de várias origens, de que são bons exemplos o mobiliário religioso com embutidos em marfim e eventualmente alguns hábitos alimentares. Essa análise mais profunda, tentando entrar “dentro” do quotidiano do consumo, requer um levantamento sistemático das fontes e dos vestígios materiais que for possível inventariar, mas a pequena experiência aqui apresentada permitiu perceber desde já a sua viabilidade e potencialidades.

FONTES

ARRIAGA, Manuel José de (1821), *Memória geographica, estatística, política e histórico, sobre as ilhas do Faial e Pico*, Lisboa: Imprensa de Alcobia.

BPARJJG, Convento de São Francisco da Horta, lvs. 2, 12 e 19.

BPARLSR, Capitania-Geral dos Açores, Alfândega do Faial, mçs. 1 e 3.

BPARLSR, Capitania-Geral dos Açores, Almoxarifado do Faial, mç. 12.

DRAC, *Catálogo Coletivo Museus* (em linha: <https://ccmuseus.azores.gov.pt/>).

National Maritime Museum / Caird Library (Greenwich), HNL/68/8 – Recibos de contas da viagem Londres-Faial, 1811.

VIANA, Mário e COSTA, Susana Goulart (org.) (2013), *História da Ilha do Faial. Das origens a 1833*, vol. III: *Património Arquivístico*, Horta: Câmara Municipal.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (2003), *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Horta – Faial*, Angra do Heroísmo / Horta: DRAC / IAC / CMH.
- AFONSO, João (1980), “Thomas Amory, Mercador nos Açores, 1706-1719. As suas cartas e as de W. Bolton”, in *Boletim do IHIT*, vol. XXXVIII, pp. 5-131.
- ARRUDA, Luís M. (2008), “Sousa, Manuel Inácio de”, in *Enciclopédia Açoriana* (em linha: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=10251>).
- ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de (2011), *Etnografia. Arte e Vida Antiga dos Açores*, 4 vols., Ponta Delgada: Presidência do Governo Regional dos Açores.
- BESSA-LUÍS, Agustina (2002), *O Concerto dos Flamengos*, Lisboa: Guimarães Editores.
- BRAUDEL, Fernand (1992), *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*, 3 vols., Lisboa: Teorema.
- BREWER, John e PORTER, Roy (ed.) (1993), *Consumption and the World of Goods*, London: Routledge.
- CALDAS, João Vieira (2019), “Um olhar arquitectónico sobre a Casa do Pilar, na periferia da Horta”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, actas do VII colóquio, Horta: Núcleo Cultural da Horta, pp. 245-270.
- DUNCAN, T. Bentley (1972), *Atlantic Islands: Madeira, The Azores and The Cape Verdes in Seventeenth Century Commerce and Navigation*, Chicago: University of Chicago Press.
- EIBACH, Joachim e LANZINGER, Margareth (ed.) (2020), *The Routledge History of the Domestic Sphere in Europe: 16th to 19th Century*, New York: Routledge.
- FORJAZ, Jorge e MENDES, António Ornelas (2009), *Genealogias das Quatro Ilhas. Faial. Pico. Flores. Corvo*, 4 vols., Lisboa: DisLivro Histórica.
- MACHADO, Margarida Vaz do Rego e COSTA, Ricardo Manuel Madruga da (2018), “A ilha do Faial dos primórdios ao final do Antigo Regime – economia, comércio e navegação atlântica”, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, nº 27, pp. 161-192.
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira (1980), *Subsídios para o Inventário Artístico dos Açores*, Angra do Heroísmo: DRAC.
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira (1981), *Mobiliário Açoriano. Elementos para o seu estudo*, Angra do Heroísmo: DRAC.
- MARTINS, Rui de Sousa (1984), “Contribuição para o estudo da luminária popular açoriana”, in *Arquipélago. Série Ciências Humanas*, n.º 6, pp. 261-293.

- MAXINE, Berg e CLIFFORD, Helen (ed.) (1999), *Consumers and luxury: Consumer culture in Europe 1650-1850*, Manchester: Manchester University Press.
- MENESES, Avelino de Freitas de (1993), *Os Açores na Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, 2 vols. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- MENEZES, Luís (coord.) (1995), *Os Descobrimentos e a Arte*, Horta: Museu da Horta.
- OLIVAL, Fernanda (2011), “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”, in Monteiro, N. G. (coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 244-275.
- OVERTON, Mark *et al.* (2004), *Production and Consumption in English Households, 1600-1750*, London: Routledge.
- SARTI, Raffaella (2011), *Vita di casa. Abitare, mangiare, vestire nell'Europa moderna*, Roma / Bari: Laterza.
- SILVA, Tiago Simões da (2020), “O porto da Horta como espaço de fronteira: a presença de estrangeiros nos registos paroquiais dos séculos XVII e XVIII”, in Alberto, E. M. e Lalanda, M. S. N. (coord.), *Ilhas do Mar Oceano: Formas de Governança em Espaços de Fronteira*, Ponta Delgada: Letras Lavadas, pp. 351-385.
- WEATHERILL, Lorna (1988), *Consumer Behaviour and Material Culture in Britain 1660-1760*, London: Routledge.
- WHITTLE, Jane (2020), “Gender and Consumption in the Household Economy”, in Eibach, J. e Lanzinger, M. (ed.), *The Routledge History of the Domestic Sphere in Europe: 16th to 19th Century*, New York: Routledge, capítulo 10.